

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

COMUNICADO NACIONAL 11/18

09 de Maio de 2018



"Continuar a Lutar! É o Caminho!"

Dando sequência à luta travada desde o final do ano passado e do início deste ano por um conjunto de associações e sindicatos de profissionais das Forças de Segurança e de militares das Forças Armadas, nos passados dias 2, 3 e 4 de Maio decorreu uma vigília junto à residência oficial do Presidente da República.

Esta jornada de luta e de protesto por falta de cumprimento do Artigo 19º da Lei do Orçamento de Estado para 2018, que determina claramente que "a expressão remuneratória do tempo de serviço nas carreiras, cargos ou categorias integradas em corpos especiais, em que a progressão e mudança de posição remuneratória dependam do decurso de determinado período de prestação de serviço legalmente estabelecido para o efeito, é considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização [...]", foi temporariamente interrompida para que os dirigentes das organizações promotoras se reúnam para fazer um ponto de situação na seguência de reunião convocada pelo MAI com sindicatos dos profissionais da PSP.

Entretanto, ontem, no decurso de uma audição parlamentar na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, o MAI terá afirmado que até 2020, perto de 20 mil profissionais da GNR vão ver as carreiras descongeladas tendo adiantado que já tem reuniões agendadas com associações profissionais da GNR.

Também na semana passada, quando decorria a Vigília em Belém, o MAI anunciou que quinze mil elementos da PSP irão ter as carreiras descongeladas em 2018, devendo tal processo ocorrer em Maio, com retroactivos desde Janeiro.

Embora sendo igualmente parte do mesmo governo, o facto é que por parte do Ministério da Defesa Nacional continua a imperar um silêncio ensurdecedor.

Que problema existirá para que ao nível do Ministério da Defesa não seja tomada a singela iniciativa de convocar as Associações e discutir o que há a discutir? Que problema existirá para que o MAI convoque as respectivas estruturas, abra o diálogo e ao nível do MDN continue o silêncio?

Relativamente ao processo de contabilização do tempo de serviço prestado pelos militares, há quem argumente existirem dificuldades nessa contabilização por via do processo de avaliação aplicado aos militares.

Ora, as avaliações para os militares contam para efeito das promoções e o tempo para efeito de progressões na escala remuneratória. Não vemos qual a dificuldade. Como temos dito, estivemos nas fileiras, cumprimos as missões, o tempo tem de contar para nós tal como está a contar para outros trabalhadores da administração pública.

Mas se há quem tenha interpretação diferente ou tente colocar estas dificuldades como argumento para não resolver a situação dos militares, então que se promova o devido e anunciado processo negocial com as associações profissionais para que se esclareçam as dúvidas e se encontrem os caminhos para a resolução do problema.

Será que estamos a pedir muito?

Continuar a lutar, é o caminho!

A Direcção